

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / FIOCRUZ**  
**CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA**

**CARINA ALCÂNTARA MACÊDO**

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE TRABALHADORES INFORMAIS DE  
FEIRAS LIVRES.**

**RECIFE**

**2009**

**Carina Alcântara Macêdo**

**Condições de Trabalho e Saúde de Trabalhadores Informais de Feiras Livres.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Saúde Pública do Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do título de especialista.

**Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel**

**Recife**

**2009**

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

---

M141c Macêdo, Carina Alcântara.

Condições de trabalho e saúde de trabalhadores informais de feiras livres / Carina Alcântara Macêdo. — Recife: C. A. Macêdo, 2009.

22 f.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel.

1. Saúde do trabalhador. 2. Condições de trabalho. 3. Trabalhadores. I. Gurgel, Idê Gomes Dantas. II. Título.

CDU 331.47

---

**Carina Alcântara Macêdo**

**Condições de Trabalho e Saúde de Trabalhadores Informais de Feiras Livres.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Saúde Pública do Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ms. Kátia Medeiros  
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

---

Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel  
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por colocar em meu caminho pessoas e oportunidades abençoadas; aos meus pais, pelo simples fato de existirem em minha vida e pelo apoio em cada uma das minhas decisões; ao meu querido marido, amigo e companheiro, pelo constante incentivo e por me ensinar que é sempre possível alcançar uma vitória; à Idê, professora e orientadora, por me ensinar a admirar a Saúde do Trabalhador e por me fazer acreditar no possível, quando eu teimava em achar impossível; e aos meus novos amigos e amigas da especialização e residência que hoje são parte da minha vida e juntos percorremos caminhos árduos, porém vitoriosos no decorrer do curso.

## **Condições de Trabalho e Saúde de Trabalhadores Informais de Feiras Livres**

### **Working Conditions and Health of the Street Markets' Informal Workers**

Carina Alcântara Macêdo<sup>a</sup>

Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – CPqAM/FIOCRUZ – PE.

Av. Ulisses Montarroyos, 4446, apto 603, Candeias, Jaboatão dos Guararapes – PE – Brasil.

CEP: 54460-280. Tels: (81) 33616500 e (81) 91383807.

E-mail: [carina\\_macedo27@hotmail.com](mailto:carina_macedo27@hotmail.com)

Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel<sup>a</sup>

Departamento de Saúde Coletiva - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – CPqAM/FIOCRUZ – PE

Av. Moraes Rego, s/n, Campus da UFPE, Cidade Universitária, Recife – PE – Brasil. CEP:

50670-420. Tel. (81) 21012616.

E-mail: [ideg@cpqam.fiocruz.br](mailto:ideg@cpqam.fiocruz.br)

**Este artigo será submetido aos Cadernos de Saúde Pública/ Reports in Public Health (CSP)**

## **Resumo**

O processo de trabalho é tido como fator condicionante e determinante da saúde dos trabalhadores, porém a maioria dos estudos baseiam-se em trabalhadores formais. No Brasil, o número de trabalhadores informais vem aumentando significativamente atingindo 47% da PEA do país. As feiras livres reúnem um contingente significativo desses trabalhadores. Realizou-se um estudo de natureza qualitativa, onde foram entrevistados trabalhadores da feira livre do bairro de Prazeres, Jaboatão dos Guararapes/PE, que atuam na informalidade há pelo menos 25 anos, com o objetivo de avaliar a relação existente entre a sua saúde e o processo de trabalho em que estão inseridos. Desenvolveu-se análise de conteúdo das entrevistas cujos resultados revelam que a saúde dos feirantes pode estar sendo determinada pelo processo de trabalho que eles desenvolvem, uma vez que suas condições de trabalho são precárias e oferecem riscos à sua saúde. Conclui-se que são necessárias políticas públicas de saúde voltadas para a prevenção de agravos e acidentes apropriadas aos trabalhadores que estão na informalidade.

**Palavras-chaves:** Trabalho; Trabalhadores informais; Saúde do trabalhador.

## **Abstract**

The work process is considered a determinant and conditioning factor in the worker's health, although most of the studies have been based in formal workers, in Brazil, the number of informal workers has been growing significantly, reaching 47% of the country's PEA. The free markets gather a significant contingent of those workers. A study of qualitative nature was made, in which workers of the free market of Prazeres (situated in Jaboatão dos Guararapes/PE) were interviewed. Those workers have been in informality for at least 25 years. The study aimed to evaluate the relation between their health and the work process in which they fit. An analysis of the content from the interviews was developed, whose results revealed that the health of the free market workers may be determined by the work process that they develop; since their work conditions are precarious and offer risk to their health. It is concluded that public health policies appropriated to the informal workers and aimed at the prevention of peculiar injuries and accidents in this informal workers are necessary.

**Keys-words:** Work; Informal workers; Workers' health.

## Introdução

No âmbito da saúde pública ainda são poucas as pesquisas sobre o processo de trabalho no setor informal da economia e os fatores que determinam o seu adoecimento. Já se sabe que desde o século XIX, com a Revolução Industrial, o processo de trabalho é tido como fator determinante e condicionante do adoecimento dos trabalhadores, porém, os estudos baseiam-se, na sua maioria aos trabalhadores formais inseridos no processo produtivo industrial<sup>1</sup>. O conceito de “processo de trabalho” foi elaborado, originalmente, para a parcela de trabalhadores formais, precisando ser revisto e ajustado para um melhor entendimento das novas situações de produção que abrange o amplo universo de trabalhadores sem vínculos formais e desempregado<sup>2</sup>.

O mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo profundas transformações nas últimas décadas, especialmente com o aumento no número de desempregados, com a queda da qualidade dos vínculos de trabalho e, conseqüente perda de direitos trabalhistas, evidenciado no crescimento do número de trabalhadores não registrados<sup>2</sup>.

A feira livre reúne um contingente significativo de trabalhadores que desempenham suas atividades na informalidade. Esses trabalhadores estão inseridos num ambiente de trabalho precário e inseguro e são expostos aos mais diversos tipos de riscos à saúde.

Os trabalhadores da feira tiveram sua origem atrelada aos primórdios da feira livre, que surgiu na Europa, no século IX, onde os mercados locais foram organizados com vistas a suprir a população local com gêneros de primeira necessidade<sup>3</sup>. Assim sendo, os feirantes formam uma categoria ocupacional que desenvolvem uma atividade secular, que é o comércio de rua, porém ainda desprovida de estudos no âmbito da saúde pública envolvendo seus trabalhadores e as condições de trabalho que eles estão inseridos. De modo a preencher essa lacuna do conhecimento, realizou-se este estudo, que tem como objetivo avaliar a relação entre o processo de trabalho e a saúde de trabalhadores informais da feira livre de Prazeres, Jaboatão dos Guararapes/PE, caracterizando seu processo de trabalho, identificando os agravos que possam estar possivelmente associados ao seu processo de trabalho, e conhecendo a percepção que os feirantes têm sobre a relação trabalho/saúde. Esclarecer questões relativas à saúde de trabalhadores informais é fundamental para que estratégias inovadoras que dêem conta de políticas públicas efetivas sejam elaboradas e implementadas, incluindo este contingente de trabalhadores que estão na informalidade.

## O setor informal da economia brasileira

Existe na literatura relativa à informalidade no mercado de trabalho uma enorme variedade de conceitos de setor informal<sup>4,5</sup>. No Brasil a legislação exige que todos os trabalhadores assalariados possuam uma carteira de trabalho assinada, o que fez com que a definição de informalidade ficasse amplamente associada à posse ou não da mesma. Não obstante, outras definições se referem a soma dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria, ou mesmo o conjunto de trabalhadores que não contribuem para a previdência social<sup>6</sup>.

O IBGE<sup>6</sup> afirma pertencer ao setor informal da economia todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. Também aborda o termo *informalidade* como todo trabalho assalariado sem carteira e o trabalho por conta própria.

Neste estudo, será utilizado o conceito de setor informal tal como o IBGE<sup>6</sup> preconiza, considerando os trabalhadores sem carteira e que trabalham por conta própria, como também aqueles que não fazem contribuição para nenhum tipo de previdência.

Desde o início da década de 1980, o mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado por uma elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho. Eles representam atualmente 47% da população economicamente ativa do país<sup>6</sup>. Este número é bastante alto e preocupa pesquisadores da área. Um dos principais fatores de preocupação decorrentes deste elevado grau de informalidade é o fato de os trabalhadores informais não se beneficiarem da proteção concedida pela legislação trabalhista. É preocupante a constatação de que a incidência da informalidade é maior no grupo de trabalhadores que tradicionalmente apresentam menores rendimentos. Nesse caso, os trabalhadores que mais precisam da proteção da legislação são exatamente aqueles que estão mais desprotegidos<sup>7</sup>.

Os trabalhadores informais de feiras livres além de estarem inseridos num ambiente de trabalho precário e com riscos eminentes, também não contam com sistema de proteção social do Estado, enquanto instituição responsável por garantir-lhes algum tipo de direito e que tem como dever a saúde do cidadão que trabalha.

Os estudos sobre o setor informal da economia brasileira ainda são muito escassos e, os existentes, focalizam principalmente os aspectos demográficos e econômicos. Todavia, muito recentemente, o mercado de trabalho informal e sua repercussão na saúde dos trabalhadores estão começando a serem estudados sob o ponto de vista epidemiológico. Os

resultados variam de acordo com o cenário social que se estuda. Nos países industrializados os trabalhadores informais apresentam maiores incidências de acidentes de trabalho e outros problemas de saúde do que os trabalhadores formais<sup>8</sup>, enquanto que no Brasil parece não ser possível fazer esse tipo de relação, uma vez que os dados existentes dizem respeito, em sua grande maioria, ao perfil epidemiológico de trabalhadores que estão na formalidade.

Desta forma, é necessário que a implementação de políticas públicas no âmbito da saúde do trabalhador lance um novo olhar para todos os trabalhadores, inclusive os informais, uma vez que eles não constituem um mundo à parte, e sim, estão no mesmo universo atual de reestruturação produtiva do país<sup>2</sup>.

### **A Saúde do Trabalhador e o SUS**

Passados vinte anos de SUS, a saúde do trabalhador não tem muito a comemorar. Até hoje não se conseguiu implementar plenamente uma política nacional de saúde trabalhador no país. As ações em saúde do trabalhador, quando desenvolvidas, acontecem ainda de maneira desarticulada e se observa diferenças no seu grau de implementação que depende, entre outros pontos, da capacidade técnica dos profissionais envolvidos nas diferentes regiões do país. Quando se fala na ausência de uma política nacional refere-se exatamente à inexistência de um quadro referencial de princípios norteadores, diretrizes, estratégias e metas precisas, e de um corpo profissional técnico-político preparado, capaz de garantir a efetividade das ações para promover a saúde dos trabalhadores, prevenir os agravos e atender aos problemas existentes<sup>2</sup>.

A Norma Operacional de Saúde do Trabalhador - NOST/SUS- de 1998, estabelece que o princípio da universalidade pressupõe a responsabilidade do SUS sobre todos os trabalhadores, independente do grau de inserção na economia ou do tipo de vínculo trabalhista<sup>9</sup>. Em 2002, numa tentativa de organizar e orientar as ações em saúde do trabalhador foi publicada a Portaria nº 1.679/02 que cria a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) buscando fortalecer a política de Saúde do Trabalhador no SUS, reunindo condições para estabelecer uma política de estado e os meios para sua execução. Mais recentemente, foi publicada a Portaria GM/MS 2.437/05 que dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). Estas portarias vêm contribuindo, paulatinamente, para subsidiar o processo de estruturação, implantação e desenvolvimento da Política de Saúde do Trabalhador no país<sup>10</sup>.

Neste estudo, buscou-se analisar o processo de trabalho de trabalhadores informais de feiras livres, considerando ser esta análise uma oportunidade de identificar as transformações necessárias a serem introduzidas nos locais e ambientes de trabalho para melhoria das condições de trabalho e da saúde dos feirantes. Para isto, busca-se nesta investigação ultrapassar as concepções e práticas positivistas, próprias da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, procurando adaptar o conceito de processo de trabalho para o entendimento das novas situações de produção<sup>11</sup>, uma vez que se buscou compreender o amplo universo de trabalhadores sem vínculos formais.

Para se abordar as questões de saúde do trabalhador nessa perspectiva, é necessário um novo olhar para além do processo laboral, considerando os reflexos do trabalho e das condições de vida dos indivíduos e das famílias, envolvendo uma abordagem integral do sujeito, a “resolutividade”, a responsabilização, o acolhimento e a integralidade. É necessária então uma proposta que contemple todos os trabalhadores, inclusive os informais, numa nova prática que os inclua, uma vez que eles constituem um contingente significativo da população trabalhadora brasileira.

### **Procedimentos Metodológicos**

O município de Jaboatão dos Guararapes – PE abriga diversas feiras livres em seus cinco distritos. No Distrito I, de Prazeres, com uma população de 251.982 habitantes, a feira livre que compõe este estudo, abrange onze ruas e um mercado central. Dados da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Jaboatão dos Guararapes – EMDEJA – revelam que se encontram dispostos nas ruas cerca de 738 bancos de feiras, e no mercado central outros 400 boxes, perfazendo 1100 feirantes. Estes comercializam os mais variados produtos desde alimentos como carnes, peixes, aves, frutas e verduras, até confecções, bolsas, panelas, CD`s, etc. Recentemente foi inaugurado o Mercado das Mangueiras para reordenar o comércio informal do bairro<sup>12</sup>.

Este é um estudo de natureza qualitativa, centrado na análise do conteúdo do discurso de feirantes entrevistados. A amostra foi do tipo intencional e contou quatro trabalhadores, sendo dois homens e duas mulheres, na faixa etária de 39 a 65 anos, que atuam em média há 25 anos como feirantes. Os informantes foram selecionados considerando a facilidade de acesso e disponibilidade para participar da pesquisa. A amostra foi considerada suficiente, uma vez que foi alcançada a saturação das informações necessárias para responder aos objetivos do estudo<sup>13</sup>.

As entrevistas realizadas em outubro de 2008, seguiram um roteiro guia compreendendo três categorias temáticas: (1) caracterização e organização do processo de trabalho dos feirantes, abordando as condições ambientais e a trajetória ocupacional e previdenciária dos trabalhadores; (2) possíveis agravos que podem estar associados ao processo de trabalho dos feirantes, observando-se as condições de saúde dos feirantes e o tipo de assistência a saúde utilizada; e (3) percepção dos feirantes sobre a relação existente entre o seu processo de trabalho e a sua saúde.

Para caracterizar o processo de trabalho dos feirantes e sua organização considerou-se: jornada de trabalho, tempo como feirante, condições ambientais, coleta de lixo, trânsito local, concorrência, deslocamento para o trabalho, temperatura, clima, instalação de apoio, participação da prefeitura e conhecimento sobre o CEREST. Fez parte também desta caracterização questões ligadas à trajetória ocupacional e previdenciária dos feirantes. Foram, então, abordados assuntos como: inserção no mercado formal, tempo de atividade informal, preferência entre formalidade/informalidade, contribuição para algum tipo de previdência e ciência desta contribuição.

Para levantar os possíveis agravos relacionados ao processo de trabalho dos feirantes, foram abordadas as seguintes subcategorias: pausas para refeições, horas de sono, estado físico e mental, uso de medicação, número de refeições por dia e tipo de assistência a saúde usado pelos feirantes.

A percepção dos feirantes sobre a relação trabalho-saúde considerou: percepção das condições de trabalho, percepção dos riscos de adoecimento e relação trabalho-saúde.

As entrevistas ocorreram no local de trabalho dos feirantes, em dois encontros de aproximadamente 30 minutos com cada informante, após a obtenção de consentimento informado. No primeiro momento, abordaram-se as duas primeiras categorias e, no segundo, a terceira. Os relatos foram gravados em mp3 e transcritos no programa word.

Os dados do estudo foram analisados por categorias temáticas, tal como propõe a Análise de Conteúdo, segundo Bardin<sup>14</sup>. Esse tipo de análise funciona por operações de desmembramento de elementos do texto em unidades, categorias, segundo reagrupamentos analógicos. Para classificar esses elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento<sup>14</sup>. Desta forma, foi elaborada uma matriz de dados onde os elementos de análise foram divididos em categorias, subcategorias, idéias centrais e recortes discursivos.

O projeto deste estudo foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/FIOCRUZ – PE) (Nº protocolo – 128/08).

## **Resultados e Discussão**

### **1. Caracterização e organização do processo de trabalho**

Os trabalhadores entrevistados exercem a atividade de feirante por um período entre 18 a 30 anos e cumprem uma *jornada de trabalho* de 12 a 15 horas diárias, sem intervalo para as refeições. Esta extensa jornada de trabalho se deve, na maioria dos casos, ao fato deles precisarem acordar ainda pela madrugada para ir até o Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco (CEASA-PE) para comprar a mercadoria que será vendida na feira. Expressões como “... quem trabalha na feira não tem hora certa pra chegar em casa...”, ou “... acordo às quatro e meia da manhã, mas a hora de chegar em casa não é certa...” é comum no discurso de todos os entrevistados.

A Consolidação das Leis do Trabalho<sup>15</sup> determina que a jornada de trabalho deve ser de quarenta e quatro horas semanais, ou seja, oito horas diárias de segunda a sexta-feira e quatro horas no sábado. Sabe-se que esta carga horária é aplicada apenas para os trabalhadores formais, ficando os informais livres para exercerem a jornada de trabalho que lhe for conveniente. Os trabalhadores formais também têm, assegurado por lei, um descanso semanal de 24 horas consecutivas que deverá acontecer nos domingos, para o convívio familiar e em comunidade.

Os feirantes cumprem uma carga horária excessiva que pode trazer sérios problemas para a sua saúde física e mental. Além do mais, prejudica a possibilidade de convivência familiar, de participação social, política e comunitária, tão necessária para uma vida saudável. Isto sem levar em consideração que a feira acontece de domingo a domingo, ficando o feirante sem horário para descanso.

Essas horas diárias excedidas, a longo prazo, acarretará em efeitos significativos a saúde desses feirantes. Os que têm mais tempo como feirantes declaram: “a idade vai chegando e vai aparecendo tudo: pressão alta, dor de cabeça, dor na coluna”, e ainda, “... essa dor de coluna é fruto do tempo que eu passo aqui. É muito tempo trabalhando em pé...”.

Quanto às *condições ambientais* em que os feirantes trabalham, todos relataram que são “péssimas”. Existe poluição de todos os tipos como excesso de poeira, ruído e lixo. A

poeira é oriunda do *trânsito local* que é bastante intenso, e muitos feirantes têm seu banco bem próximo à rua.

Dados do DETRAN de Pernambuco<sup>16</sup> revelam que o município de Jaboatão dos Guararapes possui a segunda maior frota de veículos da região metropolitana do Recife, com 99.170 veículos, correspondendo a 12,7% desta frota. Este número de veículos traz consequências como congestionamentos, ruídos, emissão de poluentes, além de acidentes e atropelamentos.

O bairro de Prazeres tem, através de uma das suas principais avenidas, acesso a saída do município em direção às rodovias federais e estaduais. Desta forma, o trânsito nesta região é intenso. Parte da feira livre do bairro localiza-se às margens desta avenida, deixando estes feirantes propícios a serem vítimas de acidentes e atropelamentos, pois, segundo relatos, os motoristas não respeitam a sinalização.

Os entrevistados relataram que já houve vários atropelamentos de pedestres, ciclistas e até mesmo de ambulantes. O perigo do trânsito é trazido pelos feirantes com frases como “... a gente corre muito risco de acidente e de ser atropelado aqui...”, ou “...já houve vários acidentes aqui. Já atropelaram pedestres, bicicletas, ambulantes...”.

O ruído é produzido tanto pelo trânsito, como também por carros de som que anunciam ofertas dos supermercados circunvizinhos à feira, e de vendedores ambulantes nos “carrinhos de CD”, que expõem seu acervo musical em volume bastante alto. Para alguns autores o ruído é um dos fatores de risco laborais mais comuns, sendo os níveis de ruído perigosos à saúde facilmente identificáveis. O ruído causa sintomas auditivos como perda auditiva, zumbidos e dificuldade de compreensão da fala; e extras auditivos como alterações do sono e transtornos neurológicos, vestibulares, digestivos, comportamentais, cardiovasculares e hormonais<sup>17</sup>. Além do mais, os feirantes, por estarem tão próximo ao trânsito, inalam poluentes advindos dos veículos, constituindo mais um fator de risco para a sua saúde.

Quanto ao *lixo*, segundo os entrevistados, a coleta é realizada sem periodicidade. Eles referem que às vezes acontece três vezes na semana, e, às vezes, apenas uma vez. Com isso, o lixo se acumula nas ruas obstruindo as galerias e aumentando o aparecimento de ratos e baratas. Eles fazem os seguintes relatos: “as condições de trabalho são péssimas principalmente devido ao lixo...”, “se as ruas fossem limpas, se houvesse saneamento seria bem melhor...”, “é muito lixo, muito esgoto na rua a céu aberto”.

De acordo com a Secretaria de Serviços Urbanos e Habitação da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes<sup>18</sup>, o sistema de coleta de lixo da cidade é mal planejado e com o

gerenciamento precário. Em mutirão recente, a prefeitura da cidade recolheu, em quatro dias, 180 toneladas de lixo e entulhos das ruas, tamanha a quantidade de lixo existente nas ruas do município.

Outra condição ambiental que interfere no trabalho dos feirantes é o *clima/temperatura* a que eles estão sujeitos nos dias de sol inerente ao verão da região metropolitana do Recife, e no inverno, onde as chuvas acontecem em grande intensidade. Em algumas ruas os bancos de feira têm uma proteção de lona colocada pelo próprio feirante para proteger do sol a mercadoria à venda, ficando eles mesmos desprotegidos dos raios solares. Os dias de chuva aparecem como um fator que atrapalha as vendas e colabora para o acúmulo do lixo e aparecimento de ratos, pois, segundo os feirantes “bastam cinco minutos de chuva para tudo alagar e o lixo entulhar”.

Alguns referem ter perdido mercadorias com as correntezas formadas pelo volume de água dos dias de chuva. Relatos como “...aqui a gente está ao relento: é chuva, é sol, arriscado a pegar até um câncer de pele.”, ou “... quando chove alaga tudo e a gente se expõe a todo tipo de doença que pode pegar na água” mostram a insatisfação dos feirantes em trabalhar expostos a todos esses riscos.

Quanto à *relação/concorrência* entre o seu universo, os entrevistados relataram que é boa, pois não existe concorrência uma vez que a maioria deles vende produtos diferentes.

Em relação ao *deslocamento* para o trabalho, os feirantes referiram que se deslocam a pé ou de ônibus, dependendo do local de residência de cada um. Muitos deles estão sujeitos aos acidentes de trajeto definido, segundo a legislação vigente, como aquele que ocorre no trajeto entre o domicílio e o local de trabalho, e vice-versa. Isto é, os trabalhadores da feira se expõem a um risco onde, pelo fato de não ter a proteção legal advinda do vínculo trabalhista, a ocorrência do acidente não lhe assegura nenhum tipo de licença nem abono pecuniário.

As *instalações de apoio* para os feirantes são praticamente inexistente. Não existem sanitários, pias, nem postos de saúde próximos a feira que pudessem atender a esses trabalhadores. Todos os entrevistados referiram usar o sanitário de um supermercado próximo, cujas condições de higiene são precárias. Um entrevistado relatou existir um sanitário na feira exclusivo para os feirantes, porém em péssimas condições para uso. Ele afirmou que “ninguém usa de tão sujo”.

Quando indagados sobre a *participação da prefeitura* na organização e manutenção da feira, os entrevistados relataram que a única coisa que a prefeitura faz por eles é a coleta do lixo e, mesmo assim, deixa a desejar. A prefeitura é completamente ausente para com a feira livre do bairro e os feirantes que lá trabalham.

Quanto ao *CEREST* - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, constituído como centro organizador e articulador de ações neste setor, os feirantes relataram desconhecer a existência dessa unidade de saúde do trabalhador no município e os serviços oferecidos por ela, embora exista uma localizada num bairro vizinho a Prazeres próximo à feira.

Esse desconhecimento por parte dos feirantes quanto ao *CEREST* se deve a pouca divulgação deste serviço pela Secretaria de Saúde do município, fator que poderia contribuir para empoderar a população de suas atribuições e que poderia se constituir como um incentivo ao controle social. Sabe-se que a ausência de uma efetiva Política Nacional para a Saúde do Trabalhador no Brasil se deve, entre outros fatores, a crise dos movimentos sindicais<sup>19</sup>.

Nos estados brasileiros onde há pressões de movimentos de trabalhadores, as ações neste setor existem e são verdadeiramente efetivas<sup>20</sup>. Um dos feirantes entrevistados faz parte da direção do sindicato dos feirantes e relata que “a própria associação desconhece o *CEREST*”, perdendo a oportunidade de sua utilização como instância articuladora e organizadora de ações em prol da categoria, uma vez que formam um grupo de trabalhadores sindicalizados.

Em relação a *pertencer ao setor formal da economia*, apenas um entrevistado referiu ter pertencido por dez anos, na função de vigia. Os demais relataram que sempre trabalharam na informalidade. Eles relacionam tal situação à carência de postos de trabalho disponíveis e a baixa escolaridade, em relatos como: “... o trabalho aqui é cansativo, mas eu só estou nesse trabalho porque não tem emprego, se tivesse eu não estaria aqui...”, ou “...eu só estou nessa feira porque não estudei pra ter um emprego bom...”.

A análise do conteúdo desses discursos revela uma certa naturalidade em relação ao trabalho informal, como também à exclusão social de direitos trabalhistas. Esta naturalização deve ser entendida em um cenário de grandes taxas de desemprego e de grandes contingentes de trabalhadores sem qualificação profissional ou com muito poucos anos de escolaridade. Isto pode ser considerado como consequência da pobre ênfase em efetivas políticas sociais voltadas para estes problemas nas últimas décadas, e de um modelo de desenvolvimento econômico que não privilegia a distribuição de renda ou a geração de emprego<sup>8</sup>.

Quando indagados sobre a *preferência entre o setor formal e o informal da economia*, a maioria dos feirantes entrevistados, entre eles o que já teve vínculo trabalhista, relatou preferir trabalhar com carteira assinada a trabalhar na informalidade. O registro na carteira de trabalho aparece de forma recorrente no discurso dos entrevistados, associado à garantia de

direitos trabalhistas, sobretudo, pela garantia de renda estável, aposentadoria, amparo em caso de acidente de trabalho e adoecimento, décimo terceiro salário e férias. Estes direitos trabalhistas aparecem em várias falas: “... quando eu trabalhava registrado eu tinha uma coisa mais segura, tinha décimo terceiro, férias...”, “...pra minha saúde é melhor o emprego com carteira assinada porque se eu adoecer tenho direito à licença... e aqui não. Não posso nem adoecer senão não ganho dinheiro”.

Associando a informalidade e a ocorrência de acidentes ou adoecimento, observam-se elementos como volta precoce ao trabalho, permanência no trabalho sem que haja o restabelecimento da saúde e necessidade de trabalhar para obter renda. Esses elementos podem contribuir para o aparecimento de doenças de ordem psíquicas como a depressão, patologia tão comum no mundo de hoje. Em estudo sobre a associação de transtornos mentais às relações informais de trabalho, Ludermir<sup>21</sup> verificou que, dentre outros fatores, a ausência de benefícios sociais e de proteção da legislação trabalhista são provavelmente os responsáveis pelo desenvolvimento de ansiedade e depressão em trabalhadores informais.

Em perspectiva contrastante, a fala de um dos entrevistados revelou aspectos positivos do trabalho sem carteira assinada. Foi apontada por ele a flexibilidade de horários e a não subordinação a alguém superior como a figura dos “patrões”. Ele relata: “eu gosto muito de trabalhar pra mim mesmo, não tenho patrão, faço meus horários, tá ótimo”.

A *contribuição para a previdência social*, nunca foi realizada por metade dos entrevistados, e os demais que afirmaram já tê-lo feito, interromperam por falta condições. Entretanto, os feirantes associam a contribuição à garantia de direitos, assim como fizeram assumindo a preferência pelo trabalho com carteira assinada. Referem o direito à aposentadoria e ao amparo em caso de adoecimento. Desta forma, são cientes da importância da contribuição, porém esta ciência não é suficiente para encorajá-los a contribuir, uma vez que aparece fortemente em seus discursos a falta de condições financeiras para tal. Tal situação traz a tona certa naturalidade frente a não garantia de uma aposentadoria e ao desamparo em casos de adoecimento.

## **2. Identificação dos agravos possivelmente relacionados com o processo de trabalho.**

A extensa jornada de trabalho dos feirantes, prejudica os horários para as refeições. Segundo os relatos, eles conseguem fazer três *pausas para as refeições*, e, pelo menos, três *refeições por dia*, porém sem uma regularidade de horário. Além do mais, a maioria dos

entrevistados refere adquirir as refeições na rua, muitas vezes lanches, que acabam substituindo refeições importantes.

Discussões atuais sobre promoção da saúde e qualidade de vida revelam que para ter saúde o indivíduo necessita de diversos fatores, dentre eles um padrão adequado de alimentação e nutrição e boas condições de trabalho. Este padrão de alimentação inclui regularidade nos horários das refeições e uma dieta rica e balanceada<sup>22</sup>.

Observa-se, então, que a irregularidade dos horários bem como a qualidade da alimentação acaba se constituindo em fator de risco para os feirantes. Relatos como “... quando tenho fome e quando tenho uma folguinha é que paro para comer...”, e “... compro uma coxinha, alguma coisa assim e como. Aqui a gente não tem hora certa para comer...”, ilustra bem essa questão das refeições.

Quanto às *horas de sono* a maioria dos entrevistados referiu dormir entre cinco e sete horas por noite, ficando o horário de sono reduzido pela necessidade de acordarem ainda pela madrugada para irem até a CEASA/PE para a compra das mercadorias. Sabe-se que o sono é uma função restauradora necessária para preservação da vida e que um adulto requer uma média de oito horas de sono por dia para restaurar a energia funcional necessária para as atividades do cotidiano<sup>23</sup>.

Discursos como “... eu durmo de nove, dez horas e acordo às quatro da manhã para ir para CEASA...”, “... saio de casa de madrugada para comprar a mercadoria, durmo pouco, fico cansado...”, e “... eu durmo muito pouco, umas cinco horas mais ou menos.” revelam bem a relação entre as horas de sono e a saúde dos feirantes.

Os relatos sobre o *estado de saúde atual* dos feirantes revelaram diversos agravos. Dentre eles os mais citados foram: problemas dermatológicos como frieiras nos pés devido a exposição a água poluída, e manchas na pele pela exposição ao sol; problemas gástricos como gastrites aparecem associados à qualidade da alimentação; problemas respiratórios como gripes, viroses, corizas, ligados à poeira e à exposição ao sol/chuva; problemas circulatórios como varizes relacionados ao tempo de trabalho em pé e ao peso carregado por eles; dores de cabeça e de coluna.

Outros agravos aparecem quando indagados quanto ao *uso de medicação*. A maioria dos entrevistados afirmaram tomar medicamentos para hipertensão arterial, diabetes, além de analgésicos para dores de cabeça e de coluna e inalação para problemas respiratórios. Todos esses agravos a saúde podem estar relacionados a vários fatores como idade, hereditariedade, hábitos de vida, como também ao processo de trabalho dos feirantes. Sabe-se que o processo de trabalho é tido como fator determinante e condicionante do adoecimento dos

trabalhadores<sup>1</sup>. Desta forma, o estado de saúde dos feirantes pode estar intrínsecamente associado ao seu processo de trabalho, uma vez que eles estão inseridos num ambiente que os expõem a diversos riscos.

Quanto ao *tipo assistência à saúde* que eles utilizam a maioria referiu usar os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como postos de saúde e hospitais públicos. Apenas um entrevistado relatou que usa assistência privada, através de um plano de saúde pago por ele. Dos que são usuários do SUS, a maioria deles afirma estar satisfeita com o serviço prestado. Esta satisfação é vista em relatos como: "... já fiz até cirurgia no SUS, eu não tenho o que dizer do SUS porque toda vez que precisei dele fui acolhida...". A parcela de entrevistados que relatou não satisfação pelos serviços do SUS afirma: "...vou pro SUS porque não tenho para onde correr..", e "...eu tenho que estar satisfeito, só tenho ele! Mas não é bom não...".

### **3. Percepção dos feirantes sobre a relação trabalho-saúde**

Sobre a *percepção das suas condições de trabalho* os feirantes trazem em seus discursos um bom entendimento de que seu processo de trabalho acontece de forma precária. Esta precarização é trazida por eles pelas más condições ambientais e estruturais existentes na feira. Relatos como "...é muita poeira, muito lixo, quando chove a gente se molha toda. Com dois minutos de chuva a rua inunda, vira um rio por causa das galerias entupidas...", "... é muito ruim, muito barulho, carros de som, poluição, os carros quando passam jogam poeira em cima da gente, lixo, rato, barata, são péssimas as condições para gente trabalhar aqui, mas fazer o quê né..." ilustram a decepção dos feirantes quanto às suas condições de trabalho.

Apesar das difíceis condições de trabalho, eles têm que continuar realizando suas atividades uma vez que a feira livre se constitui como única fonte de renda dos entrevistados. O fato deles necessitarem continuar exercendo uma atividade informal em condições de trabalho precárias, deve-se a precarização dos postos de trabalhos formais percebido nas falas da maioria deles como uma utopia. Ilustrando este fato seguem as seguintes falas: "... a gente tem que trabalhar aqui né, fazer o quê se não tem emprego para todo mundo...", e "... a gente vai ser feirante para sempre né, porque não tem emprego para todo mundo mesmo!".

Quanto à *percepção dos riscos de adoecimento*, revelam em seus relatos uma consciência muito forte sobre os riscos de acidentes e de adoecer inerentes ao seu processo de trabalho. Quando indagados sobre como lidam com os esses riscos, relataram alguma preocupação. Eles citam como fatores de risco o trânsito, o lixo, o sol, a exposição dos

alimentos vendidos à água suja, oferecendo riscos inclusive aos consumidores, o saneamento, entre outros.

Apesar de reconhecerem esses riscos, os percebem como “normais” no sentido deles terem que conviver com eles já que eles necessitam trabalhar e não contam com a ação do município. É como se esses riscos fossem intrínsecos a sua ocupação. A Psicopatologia do Trabalho trata esta “normalidade” como uma estratégia elaborada pelo trabalhador para enfrentar mentalmente os riscos do trabalho. Cria o conceito de “ideologia defensiva” como construção social que possibilita dominar e tentar fazer desaparecer da consciência o sofrimento<sup>24</sup>.

Também chama atenção no discurso dos trabalhadores a expectativa em torno do Mercado das Mangueiras, que foi erguido pela prefeitura no intuito de reorganizar o comércio informal local. Suas falas mostram a esperança de terem uma melhor infra-estrutura com boas condições para trabalhar, diminuindo os riscos de adoecer: “...aqui a gente corre risco de adoecer sempre. Porque sempre tem alguma coisa que oferece risco para gente ficar doente. Se você trabalha bem, num lugar que te oferece condições melhores, então você vai ter um condição de saúde boa. Agora se você trabalha num lugar onde não te oferece uma boa condição, onde te oferece riscos, então com certeza você não vai ter uma saúde boa. Por exemplo: se você se alimenta bem, na hora certa... aqui a gente não tem hora certa para comer, isso prejudica muito nossa saúde.”; e “...aqui na feira a gente não tem estrutura nenhuma. Agora quando o mercado for entregue e todo mundo ir para lá, aí eu acho que as coisas vão melhorar para gente. Tudo limpinho, coberto, arborizado, com banheiros, pias, vai ser ótimo.”

A *relação saúde/processo de trabalho* também é bem percebida pelos feirantes. Todos os entrevistados relacionam diretamente seu estado de saúde atual com o seu processo de trabalho. Inclusive em seus relatos o trabalho aparece como um dos principais responsáveis pelos agravos apresentados pelos feirantes. Quando indagado sobre esta relação um deles relatou: “... a relação que eu vejo é que minha saúde está péssima por causa desta feira. A começar pelas minhas pernas (mostra as pernas com varizes) que me incomodam muito. Eu trabalho muito, carrego muito peso. Saio de casa de madrugada para comprar a mercadoria, durmo pouco, fico cansado. A relação é essa.”

Percebe-se também em seus discursos um sentimento de revolta por estarem inseridos num contexto de desigualdade, em comparação ao trabalhador formal, no sentido que a informalidade não lhe garante nenhum amparo nos casos de adoecimento.

Sendo assim, a relação entre trabalho e saúde é bastante clara para os feirantes revelando um contexto de passividade em relação às precárias condições de trabalho, pois a feira se constitui como meio de vida para a maioria deles.

## **Conclusão**

Esse estudo revela que a saúde dos feirantes pode estar sendo determinada pelo processo de trabalho que eles desenvolvem. Suas condições de trabalho são precárias, refletindo os riscos diretos à sua saúde. Vários agravos à saúde dos feirantes foram referidos, dentre eles hipertensão arterial, diabetes, problemas circulatórios, dermatológicos, respiratórios e gástricos, todos eles possivelmente relacionados ao trabalho na feira livre. A relação entre trabalho e saúde é nítida para os trabalhadores, traduzindo um sentimento de revolta e passividade, uma vez que eles estão expostos aos mesmos riscos, ou até a riscos maiores que os trabalhadores formais, porém sem nenhum tipo de proteção social garantida pelo estado.

É necessário maior divulgação e discussão dos direitos trabalhistas e estratégias que conduzam a valorização social do trabalho como feirante devem ser elaboradas, assim como a construção de políticas públicas de saúde voltadas para a prevenção de agravos e acidentes entre trabalhadores do setor informal, no âmbito do SUS.

### Referências Bibliográficas

1. LAURELL AC, NORIEGA M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec; 1989.
2. GOMEZ CM, LACAZ FAC. **Saúde do Trabalhador: novas e velhas questões**. *Ciência & Saúde Coletiva* 2005; 10(4):797-807.
3. SATO, L. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre**. *Psicologia & Sociedade* 2007; 19:95-102.
4. GONDIM SMG, FEITOSA GN, SANTOS ICN, SÁ MO, BONFIM MC. **Carteira de trabalho, artigo de luxo. O perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia**. *Estudos de Psicologia* 2006; 11(1):53-64.
5. MENDES R, CAMPOS ACC. **Saúde e segurança no trabalho informal: desafios e oportunidades para a indústria brasileira**. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho* 2004; 2(3):209-223.
6. IBGE. **Economia informal urbana, 2003**. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/comentario.pdf> (acessado em 23/ago/2008).
7. ULYSSEA G. **Informalidade do mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1070.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1070.pdf) (acessado em 07/set/2008).
8. IRIART JAB, OLIVEIRA RP, XAVIER SS, DA SILVA COSTA AM, ARAUJO GR, SANTANA VS. **Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil**. *Ciência & Saúde Coletiva* 2008; 13(1): 165-174.
9. SILVA ZP, BARRTEO JUNIOR IF, SANTANA MC. **Saúde do trabalhador no âmbito municipal**. *São Paulo em Perspectiva* 2003; 17(1):47-57.
10. BRASIL. **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – RENAST: Manual de gestão e gerenciamento**. 1ª Ed.; 2006. p. 40-80.
11. LACAZ, FAC. **Saúde dos trabalhadores: cenários e desafios**. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.13, p. 07-19, 1997.
12. JABOATÃO DOS GUARARAPES Prefeitura, Empresa Municipal de Desenvolvimento de Jaboaão dos Guararapes – EMDEJA, **Levantamento quantitativo dos feirantes de Prazeres: I Distrito**, 2007. p. 01.

13. SANTOS MJFS. Diseño de estúdios y diseño muestrales em investigación cualitativa. In: NAVARRETE MLV, SILVA MRF, PÉREZ ASM, SANTOS MJFS, GALLEGO MED, LORENZO IV. **Introducción a lãs técnicas cualitativas de investigación aplicadas em salud**. Cursos GRAAL 5. Barcelona: Universitat autônoma de Barcelona, 2006. p. 31-52.
14. CAREGNATO RCA, MUTTI R. **Pesquisa qualitativa: análise do discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enfermagem 2006; 15 (4):679-84.
15. BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho. 1º de maio de 1943**. <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.html>. (acessado em 04/fev/2009).
16. DETRAN –PE. **Frota registrada por município RMR, Dez/2008**. <http://www.detran.pe.gov.br/download/estatistica/Frota%20registrada%20por%20municipio%20-%20RMR.pdf> (acessado em 15/fev/2009).
17. SUTER AH. **Naturaleza y efectos del ruido**. Enciclopedia de salud y seguridad en el trabajo. <http://www.mtas.es/insht/EncOIT/Index.htm>. (acessado em 17/fev/2009).
18. JABOATÃO DOS GUARARAPES Prefeitura. **Secretaria de Serviços Urbanos e Habitação**. <http://www.pjg.com.br/index.php?opcao=21&id=825>. (acessado em 04/fev/2009).
19. COSTA DF, PENA PGL. **Persistem estratégias políticas ultraliberaes para a saúde do trabalhador: uma contribuição ao debate**. Ciência & Saúde Coletiva 2005; 10(4):812-14.
20. OLIVEIRA MHB, VASCONCELOS LCF. **Política de saúde do trabalhador no Brasil: questões sem respostas**. Cadernos de Saúde Pública 1992; 8(2):150-56.
21. LUDERMIR AB. **Associação dos transtornos mentais comuns com a informalidade das relações de trabalho**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria 2005; 54(3):198-204.
22. BUSS PM. **Promoção da saúde e qualidade de vida**. Ciência & Saúde Coletiva 2000; 5:163-77.
23. GEIB LTC, CATALDO NETO A, WAINBERG R, NUNES ML. **Sono e envelhecimento**. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul 2003; 25:453-65.
24. DEJOURS C. **Trabajo y desgaste mental**. Buenos Aires: Humanitas; 1990.